



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**EMENDA Nº - CM**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, de 4 de janeiro de 2017**

Suprima-se o inciso III do § 3º do artigo 1º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação:

**JUSTIFICATIVA**

Devido às oscilações econômicas que vivemos nos últimos anos, é impossível prever que no futuro, empresas que aderiram ao PRT, não poderão optar por novas modalidades de parcelamentos ou recuperações tributárias.

Um parcelamento tão longo como o PRT não pode pressupor que em um espaço de 4 ou 5 anos a economia estará super aquecida e as empresas estarão investindo e gerando renda.

Esta vedação traz uma grande insegurança por parte do contribuinte em aceitar o PRT, devido justamente ao cenário macro econômico que o país atravessa.

Por essas razões apresento a emenda.

Sala da Comissão, em        de        fevereiro        de 2017.

Deputado ALFREDO KAEFER

